

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
 CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
 ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

até 31 de dezembro de 2022. As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2022 estão sendo informadas comparativamente com 2021, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício
 A Sociedade apresentou no exercício de 2022 um lucro líquido de R\$ 66.391 mil (R\$ 19.360 mil em 2021), correspondendo a uma rentabilidade de 6,39% (1,88% em 2021) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2022, no valor de R\$ 1.038.886 mil (R\$ 1.028.141 mil em 2021).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2022: a título de dividendos, R\$499,17 para titulares de ações preferenciais da classe "A", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2022, totalizaram, R\$ 0,70 para titulares de ações ordinárias; R\$ 573,82 para titulares de ações preferenciais da classe "A" e R\$ 0,77 para titulares de ações preferenciais da classe "B". Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "B" no 2º semestre de 2022.

Patrimônio Líquido
 O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 1.066.751 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.038.886 mil em 31 de dezembro de 2021), com crescimento de 2,68% no ano (1,05% em 2021).

Capital Social
 Em 30 de março de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o

aumento do capital social, passando de R\$ 397.552 mil para R\$ 404.933 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores
 Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023, revisou, discutiu e concordou com a opinião no relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente
 Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

Diretoria
Antonio César Santos Costa (Diretor) **Christophe Ivan François Cadier** (Diretor Presidente) **Marco Aurélio Neto Arnes** (Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 16 de fevereiro de 2023.

Senhores Acionistas,
 Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades
 Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando nos segmentos financeiros e ramos de seguros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 64.626 mil em 2022 (R\$ 21.622 mil em 2021).

Preparação das Demonstrações Financeiras
 As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais (IASB), sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL		
(Valores expressos em Reais Mil)		
Notas Explicativas	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO		
Ativo Circulante	69.620	70.356
Caixa e equivalentes de caixa	4 64	457
Títulos para investimento	5 66.131	68.928
Outros ativos	6 3.425	971
Ativo não Circulante	1.008.999	978.331
Ativo Realizável a Longo Prazo	551	530
Outros ativos	6 551	530
Investimentos	1.008.442	977.795
Investimentos em coligadas	7 1.008.442	977.795
Imobilizado	6	6
Ativos tangíveis	6 6	6
TOTAL DO ATIVO	1.078.619	1.048.687

BALANÇO PATRIMONIAL		
(Valores expressos em Reais Mil)		
Notas Explicativas	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO		
Passivo Circulante		
Obrigações	11.752	9.685
Fornecedores	742	699
Obrigações Fiscais	1.913	134
Dividendos a pagar	8.522	8.343
Outros passivos	575	509
Total das obrigações	11.752	9.685
Passivo não Circulante	116	116
Exigível a Longo Prazo	116	116
Provisão para contingências	8 116	116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	9.a 404.933	397.552
Reservas de capital	9.b 9.937	9.573
Reservas de lucros	9.c 621.909	571.165
Ajustes de avaliação patrimonial	29.972	60.596
Total do patrimônio líquido	1.066.751	1.038.886
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.078.619	1.048.687

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Histórico	Capital		Reserva de Lucros		Reserva Especial		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados		Total
	Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial p/ Aumento Capital	Reserva Especial p/ Dividendos	Patrimonial	Acumulados	Total		
Saldos em 31.12.2020	384.787	9.140	54.783	162.316	287.019	68.515	61.581	985	—	—	1.028.141
Ajustes de investimentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Com reservas (nota 09 a)	12.765	—	—	—	(12.765)	—	—	—	—	—	—
Dividendos não reclamados	—	433	—	—	—	—	—	—	—	—	433
Realização de lucros	—	—	—	(8.063)	—	—	—	—	8.063	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	19.360	—	19.360
Distribuição:	—	—	968	—	—	—	—	—	—	(968)	—
Reserva legal (nota 09 c1)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	—	—	—	4.598	—	—	—	—	—	(4.598)	—
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	—	—	—	—	12.415	1.379	—	—	—	(13.794)	—
Dividendos (nota 09 d/e)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(8.063)	—
Saldos em 31.12.2021	397.552	9.573	55.751	158.851	286.669	69.894	60.596	985	—	—	1.038.886
Ajustes de investimentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital:	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Com reservas (nota 09 a)	7.381	—	—	—	(7.381)	—	—	—	—	—	—
Dividendos não reclamados	—	363	—	—	—	—	—	—	—	—	363
Realização de lucros	—	—	—	(8.265)	—	—	—	—	8.265	—	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	66.391	—	66.391
Distribuição:	—	—	3.319	—	—	—	—	—	—	(3.319)	—
Reserva legal (nota 09 c1)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar (nota 09 c2)	—	—	—	15.768	—	—	—	—	—	(15.768)	—
Reservas estatutárias (nota 09 c3)	—	—	—	—	42.574	4.730	—	—	—	(47.304)	—
Dividendos (nota 09 d/e)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(8.265)	—
Saldos em 31.12.2022	404.933	9.936	59.070	166.354	321.862	74.624	29.972	985	—	—	1.066.751

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO
 A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital aberto, originou-se com o nome de Participação e Administração S.A. - PASA, constituída em 19.12.1959, com sede em Belo Horizonte - MG, e desde o início de suas atividades objetivava manter participações em outras empresas. Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.08.1969, foi aprovada a transferência da sede social para São Paulo - SP e a modificação da denominação para Alfa Holdings S.A. Participações e Administração. A A.G.E. de 08.04.1999 alterou a denominação social para Alfa Holdings S.A. A sede social está localizada na cidade de São Paulo, na Alameda Santos, nº 466. A Sociedade é registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 - Brasil, Bolsa e Balcão com o código de negociação RFPAD. Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros diretos e indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - C.F.I., Banco Alfa S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.), tecnologia e serviços (Metro Tecnologia e Serviços Ltda.). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional. Em 23 de novembro de 2022, foi comunicado aos acionistas da Sociedade e ao mercado em geral, por meio de fato relevante publicado pela Sociedade, a celebração, na mesma data, do contrato de compra e venda de ações entre a Administradora Fortaleza (AFL) e o Banco Safra (Safra) (Contrato), para a alienação da totalidade das participações societárias diretamente detidas pela AFL, representativas do controle acionário do Conglomerado Financeiro Alfa, que inclui 41.031.698 (quarenta e um milhões, trinta e uma mil, seiscentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 89,18% do capital votante da Sociedade, e 8.594.343 (oito milhões, quinhentas e noventa e quatro mil, trezentas e quarenta e três) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, representativas de 22,22% das ações preferenciais de emissão da Sociedade, perfazendo, em conjunto, 58,60% do capital social total da Sociedade (Operação). Nos termos do Contrato: (i) o fechamento da Operação está sujeito, dentre outras condições usuais a contratos dessa natureza, à aprovação prévia do Banco Central do Brasil (BACEN), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e (ii) nos termos do art. 254-A da Lei das S.A., o Comprador se obrigou a fazer oferta pública para aquisição de ações (OPA) da Sociedade, do Consórcio Alfa, do Banco Alfa de Investimento e da Financeira Alfa, bem como a protocolar os respectivos pedidos de registro das OPAs perante a CVM, em até 30 (trinta) dias contados da data de fechamento da Operação. Em 07 de janeiro de 2023, o CADE aprovou a Operação, sendo que a decisão final emitida pelo CADE transitou em julgado em 26 de janeiro de 2023. Na data de emissão dessa Demonstração Financeira, encontram-se pendentes as aprovações prévias do BACEN e da SUSEP.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação. As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa. Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 16 de fevereiro de 2023 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data. **a) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **b) Base para avaliação:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com: **i.** Provisão para riscos fiscais; e **ii.** Ativos tributários diferidos. **d) Informações sobre participações detidas em coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
 As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras de forma consistente pela Sociedade: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** O saldo em caixa e equivalentes de caixa compreende disponibilidades em caixa e depósitos bancários à vista (no Brasil). Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** **i. Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os instrumentos financeiros operados pela Sociedade são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo. No curso normal dos negócios, o valor justo de um instrumento financeiro no seu reconhecimento inicial é o preço de transação, acrescido (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo por meio do resultado) dos custos de transação que são incrementalmente diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. **ii. Apresentação dos instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros detidos pelo Conglomerado estão classificados em uma das categorias apresentadas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 a seguir: (1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: i) aqueles cujo o objetivo do modelo de negócio seja manter ativos para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxo de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. (2) Ativos financeiros (instrumentos de dívida) classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente: i) aqueles ativos cujo o objetivo do modelo de negócios seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e ii) os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamento do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. (3) Ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos que não se enquadram nos itens "1" e "2" acima. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. (4) Passivos Financeiros: são classificados como mensurados ao custo amortizados; exceto os passivos derivativos. O CPC 46 define que a determinação do valor justo de um Ativo ou Passivo financeiro pode prever o uso de três abordagens quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamadas níveis de hierarquia de valor justo, a saber: i. Nível I: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; ii. Nível II: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível I, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços ou indiretamente (derivado de preços)); iii. Nível III: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). As práticas contábeis adotadas para cada uma das categorias de instrumentos financeiros são apresentadas em tópicos específicos abaixo. **iii. Baixas:** Ativos financeiros são baixados quando a) os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa expiram; a) b) quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são transferidos; ou c) quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não o controla. Os passivos financeiros (ou uma parte de um passivo financeiro) são baixados quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou se expiram, conforme requer o CPC 48/IFRS 9, parágrafo 3.3.1. **iv. Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço quando, e somente quando, possuem o direito legal de compensar os valores, e a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitido pelas normas contábeis. **c) Investimento em coligadas:** Participações em entida-

des sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **d) Impostos sobre lucros:** Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas que lhes deram origem. Os impostos correntes são os que se espera que sejam pagos na forma e período estabelecidos na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. **e) Provisões:** As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável e possar ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases contábeis. As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade, decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade. Estas são divulgadas em notas explicativas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com a condição de que seus valores não possam ser estimados em bases confiáveis. **f) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente. **g) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. **h) Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	64	457

NOTA 5 - TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	Classificação	31.12.2022		31.12.2021	
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano
Letras Financeiras (i)	Valor justo por meio do resultado	20.031	6.549	26.580	28.280
Certificados de depósitos bancários (i)	Valor justo por meio do resultado	26.649	7.758	34.407	40.648
LAM - Alfa Leasing (ii)	Valor justo por meio do resultado	—	5.144	5.144	—
Total dos títulos para investimento		46.680	19.451	66.131	68.928

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os títulos para investimento referem-se a operações com o Banco Alfa de Investimento S.A., com vencimento até 01.12.2022. (ii) Em 31 de dezembro de 2022, as letras de arrendamento mercantil referem-se a operações com a Alfa Arrendamento Mercantil S/A, com vencimento até 16.09.2024. Estas sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

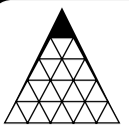
NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	2.121	372	1.301	593
Impostos e contribuições a compensar (i)	3	6	—	—
Diversos	3	6	—	—
Total de outros ativos circulante	3.425	971	—	—
Não Circulante				
Depósitos judiciais (ii)	546	525	5	5
Opções por incentivos fiscais	5	5	—	—
Total de outros ativos não circulante	551	530	—	—

i) Impostos e contribuições a compensar: O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DONMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher. **ii) Depósitos judiciais:** Trata-se de Contribuição Previdenciária incidente sobre honorários de diretoria do período de

ALFA HOLDINGS S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.167.396/0001-69
ALAMEDA SANTOS, Nº 466 - SÃO PAULO - SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em Reais Mil - Exceto quando indicado de outra forma)

Coligadas	31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021		31.12.2022		31.12.2021		
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do período	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do período
Banco Alfa de Investimento S.A.	59.037	(10.013)	49.024	(265.527)	(56.478)	(272.981)	387.419	5.076	119.514	(272.981)	387.419	5.076	119.514
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	18.896	(35.758)	(16.862)	(257.953)	(34.295)	(309.110)	357.665	(9.912)	38.643	(309.110)	357.665	(9.912)	38.643
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	46.133	73.941	120.074	(13.468)	(7.405)	99.201	120.074	(13.468)	(7.405)	99.201
Banco Alfa de Investimento S.A.	53.746	(7.744)	46.002	59.219	(60.317)	44.904	36.300	(7.321)	73.883	44.904	36.300	(7.321)	73.883
Financeira Alfa S.A.-C.F.I.	23.299	(31.944)	(8.645)	(143.182)	(11.478)	(163.305)	274.776	(34.226)	77.245	(163.305)	274.776	(34.226)	77.245
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	16.389	1.574	17.963	(8.793)	(4.254)	4.916	17.963	(8.793)	(4.254)	4.916
Metro Tecnologia e Serviços Ltda.	-	-	-	4.873	523	5.396	(4.847)	(330)	219	5.396	(4.847)	(330)	219

NOTA 8 - PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS
Saldo provisão para riscos fiscais de R\$ 116 (R\$ 116 em 2021) está composto principalmente de ação de contribuição sindical patronal, avaliada como de perda provável.

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital	Ordinárias	Preferenciais
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	397.552	46.011.632	38.670.637
Aumento de capital (*)	-	-	-	7.381	-	-
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	404.933	46.011.632	38.670.637

(*) Em 30.03.2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 397.552 para R\$ 404.933, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações. As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2022			31.12.2021		
	PNA	PNB	TOTAL	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens: a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c); b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade; e c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias. b) Reservas de capital: As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Total	Reserva	Total	Reserva
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068	1.068	1.068
Outras reservas de capital (dividendos prescritos)	7.824	7.460	7.824	7.460
Total	9.937	9.573	9.937	9.573

c) Reservas de lucros: c.1) Reserva legal: É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social. c.2) Reserva de lucros a realizar: É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01; e (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes. No ano 2022, a parcela de lucros realizados correspondentes aos dividendos recebidos de coligadas foi de R\$ 1.102. Adicionalmente, a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade foi de R\$ 7.163, totalizando no ano o valor de R\$ 8.265. A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303		Após a Lei nº 10.303		Total
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Saldo inicial em 01.01.2022	87.100	71.751	87.100	71.751	158.851
Constituição	-	15.768	-	15.768	15.768
Realização	-	(8.265)	-	(8.265)	(8.265)
Saldo Final em 31.12.2022	87.100	79.254	87.100	79.254	166.354

c.3) Reservas estatutárias: Nos termos da Legislação Societária, a Sociedade deve destinar 5% de seu lucro anual, que pode ser utilizado para aumento de capital ou absorção de perdas, mas não pode ser distribuído na forma de dividendos. d) Lucros acumulados: Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingimento do limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. e) Dividendos: O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei nº 6.404, artigo 17, §1º, inciso II, as ações preferenciais têm direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Total	Reserva	Total	Reserva
Benefícios - FGTS	(65)	(61)	(65)	(61)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(2.323)	(2.060)	(2.323)	(2.060)
Encargos sociais e previdenciários	(401)	(369)	(401)	(369)
Parcela anual complementar de honorário	(567)	(501)	(567)	(501)
Total	(3.356)	(2.991)	(3.356)	(2.991)

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Total	Reserva	Total	Reserva
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(128)	(122)	(128)	(122)
Convênio de ações escrituras	(68)	(42)	(68)	(42)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(37)	(100)	(37)	(100)
Serviços de terceiros	(150)	(219)	(150)	(219)
Despesas tributárias	(675)	(126)	(675)	(126)
Doações	(32)	-	(32)	-
Outras	(65)	(62)	(65)	(62)
Total	(1.155)	(671)	(1.155)	(671)

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	C. Social	IRPJ	C. Social
Lucros antes das tributações	67.960	67.960	19.360	19.360
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(16.990)	(6.116)	(4.840)	(1.742)
Efeito das adições e exclusões	-	-	-	-
- Adições:	(350)	(126)	(315)	(114)
Outras adições	(350)	(126)	(315)	(114)
- Exclusões:	16.201	5.812	5.155	1.856
Resultado de equivalência patrimonial	15.318	5.514	5.239	1.886
Outras exclusões, inclui prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	331	114	(84)	(30)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	520	184	-	-
Doações	32	-	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.139)	(430)	-	-

A Sociedade deixou de constituir Créditos Tributários de Imposto de Renda e de Contribuição Social que, em 31 de dezembro de 2022, apresentaram saldos acumulados de R\$ 5.174 mil (R\$ 5.709 mil em 2021) e R\$ 1.712 mil (R\$ 1.905 mil em 2021), respectivamente.

NOTA 13 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Total	Reserva	Total	Reserva
No início do período	69.385	21.140	69.385	21.140
Disponibilidades	457	467	457	467
Títulos para investimentos (1)	68.928	20.673	68.928	20.673
No final do período	66.195	69.385	66.195	69.385
Disponibilidades	64	457	64	457
Títulos para investimentos (1)	66.131	68.928	66.131	68.928
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(3.190)	48.245	(3.190)	48.245

(1) Tratam-se de aplicações com liquidez imediata. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado por disponibilidades e ativos financeiros de alta liquidez, que possuem um risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e tem como finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Sociedade.

NOTA 14 - GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS
O Gerenciamento de Riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoante às diretrizes estabelecidas pela Administração. O gerenciamento dos riscos de liquidez e mercado é realizado de forma consolidada para todas as empresas integrantes do Conglomerado Alfa. Isto decorre do fato de que o caixa das entidades integrantes do Conglomerado é gerenciado de forma unificada.

a) Gestão do capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer um retorno adequado e seguro aos seus acionistas. A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo patrimônio líquido, que inclui capital social, reservas de capital, reservas legal, estatutária e de lucros a realizar e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 09. b) Risco de liquidez: O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O Comitê de Caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta

qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utilizam-se de fluxo de caixa projetado diariamente, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. c) Gerenciamento do risco de liquidez: A abordagem do Conglomerado Alfa com relação ao gerenciamento de liquidez é assegurar, o máximo possível, que o Conglomerado terá sempre a liquidez necessária para cumprir com suas obrigações nos devidos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou colocar em risco a reputação da organização. d) Risco de mercado: Por meio de sua atividade, a Sociedade fica exposta principalmente a riscos financeiros relacionados à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercados sobre as posições ativas e passivas da carteira própria das suas coligadas. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado das coligadas e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de lambda de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de estresse em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. As informações para elaboração das curvas de mercado são obtidas através da tabela de taxas médias divulgada diariamente pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br. e) Risco operacional: A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais o Conglomerado está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos. Este departamento reporta-se diretamente à Diretoria de Gestão Integrada de Riscos, que além de coordenar as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado. É sua responsabilidade reportar ao Comitê de Controles de Risco Operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê serão acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site www.alfanet.com.br.

NOTA 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Descrição	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	5	5	-	-
- Outras partes relacionadas	-	-	-	-
Banco Alfa S.A.	5	5	-	-
Títulos para investimento	66.129	68.928	7.766	1.362
- Outras partes relacionadas	5.144	-	194	-
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	5.144	-	194	-
- Coligadas	60.985	68.928	7.572	1.362
Banco Alfa de Investimento S.A.	60.985	68.928	7.572	1.362
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	2.121	372	3.353	666
- Coligadas	2.121	372	3.353	666
Banco Alfa de Investimento S.A.	2.119	-	3.349	225
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	2	372	4	441

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2022, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 183 (R\$ 167 em 2021). Em 2022, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.640 (R\$ 1.570 em 2021). (1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2022 e 2021 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. (3) Participação acionária - Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2022: Preferenciais: 32,103% e total de ações: 16,748%.

NOTA 16 - OUTROS ASSUNTOS
O Supremo Tribunal Federal julgou dois recursos extraordinários - RE 955227 (Tema 885) e RE 949297 (Tema 881) -, de relatoria dos ministros Luis Roberto Barroso e Edson Fachin. Tais julgamentos tinham como objeto a análise dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte posteriormente se posicione em sentido contrário. O Conglomerado Financeiro Alfa informa que cumpre integralmente suas obrigações fiscais com base na legislação tributária vigente e que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) não produz efeitos com relação às Empresas do grupo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER
Presidente do Conselho de Administração

LUIZ ALVES PAES DE BARROS
Conselheiro

ADILSON HERRERO
Conselheiro

DIRETORIA

CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER
Diretor Presidente

ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA
Diretor

MARCO AURÉLIO NETO ARNES
Diretor

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS
CRC 1SP 23284/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Alfa Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

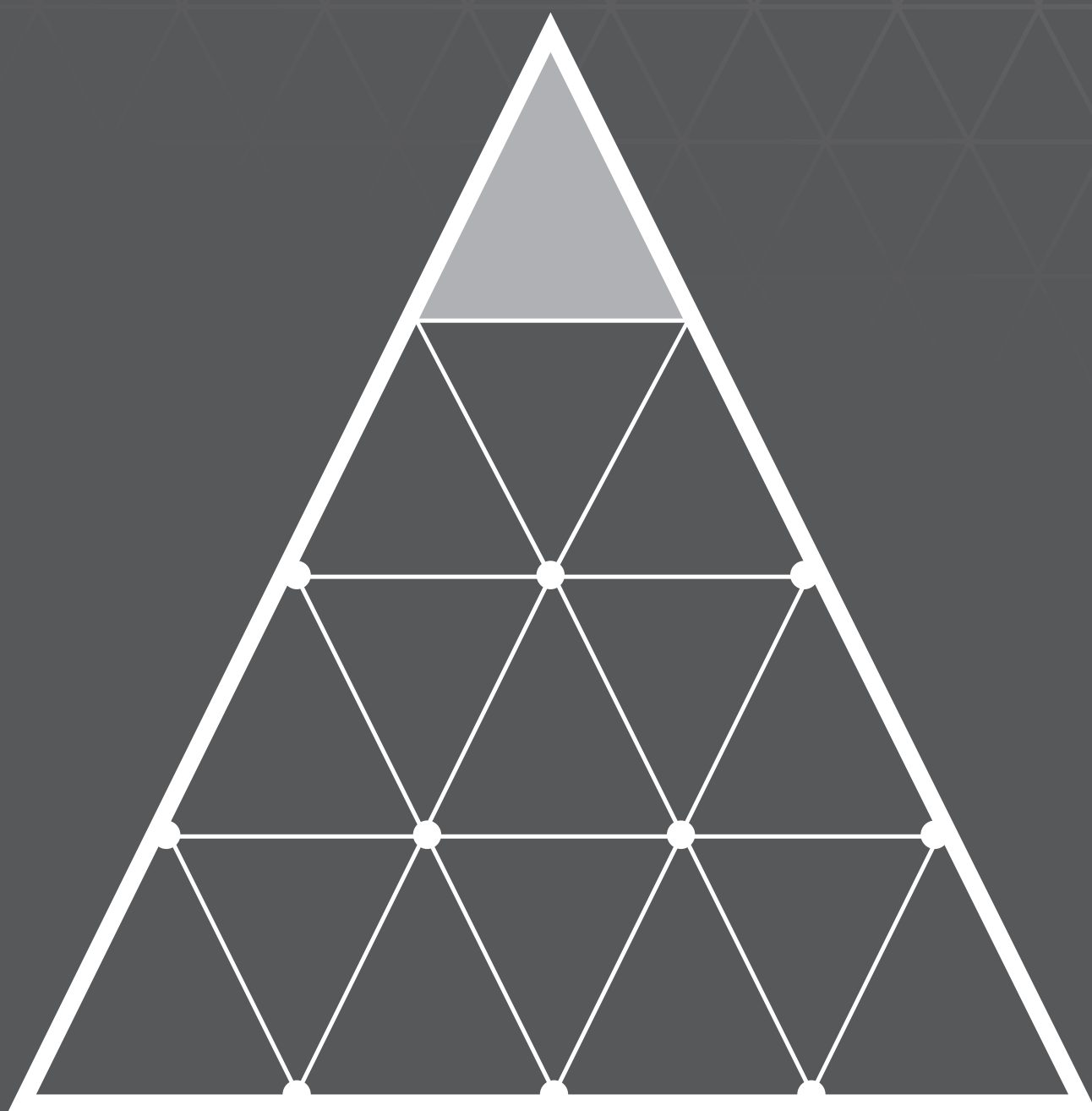
Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Investimentos em controladas e coligadas (Nota Explicativa nº 7)
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nesse contexto, algumas das coligadas foram consideradas componentes significativos durante nossos trabalhos e são auditadas por outro auditor independente. Devido à relevância dos valores envolvidos e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras da Sociedade, consideramos esse assunto, como significativo para nossa auditoria, tendo em vista também os diversos procedimentos de auditoria que estamos sujeitos a executar, além de supervisão ao nível de qualidade e competência do auditor componente, conforme previsto e requerido na norma de auditoria de grupos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
• A revisão dos papéis de trabalho e, sobretudo, uma ampla comunicação com os auditores componentes das controladas significativas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria, o enfoque, alcance, a época e a extensão da realização dos trabalhos;
• Aplicamos os conceitos previstos e de acordo com a NBC TA 600 (R1)/ISA 600 - Considerações especiais - Auditorias de demonstrações financeiras de grupo, entre outros procedimentos executados, emitimos instruções de auditoria com a solicitação de análises e declarações requeridas, bem como revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados de forma a endereçar os riscos de distorção relevante e/ou necessitavam de procedimentos e/ou testes adicionais; e

• Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados nas coligadas, discutimos com o auditor componente e avaliamos os eventuais impactos sobre as demonstrações financeiras e eventuais reflexos nas divulgações da Sociedade.

Com base



WWW.ALFANET.COM.BR

